

Novo sistema de “avaliação” é um retrocesso para a USP

Lançado caderno especial sobre as instâncias que vão controlar a vida acadêmica dos docentes e, na prática, retirar a autonomia das unidades ao ditar os chamados “projetos acadêmicos”

“Avaliar para involuir”, este o título de caderno especial que a Adusp acaba de produzir e que já está disponível em formato digital (<https://bit.ly/2PlCNtL>). A publicação tem como objeto o novo sistema de “avaliação” centralizada, que tem como principal protagonista institucional a nova Comissão Permanente de Avaliação (CPA), com participação importante da notória Comissão Especial de Regimes de Trabalho — CERT, esta no tocante ao período probatório.

Em contraponto à visão “chapa branca” que caracteriza a cartilha *Avaliar para evoluir* (<https://bit.ly/2RfrmRj>), distribuída pela Reitoria, o caderno da Adusp destaca que as prioridades do novo sistema são a punição e o controle do corpo docente. Assim, a Câmara de Atividades Docentes (CAD), parte integrante da nova CPA, “controla e direciona os docentes ao longo de suas carreiras, pode premiar e pode castigar”, uma vez que tem entre suas atribuições propor diretrizes de avaliação docente, aprovar relatórios dos docentes e protocolos de compromisso, e até mesmo propor à Reitoria a abertura de processos administrativos contra docentes vistos como “improdutivos”, “inadequados”!

Por sua vez, a Câmara de Avaliação Institucional (CAI) “controla departamentos e unidades, premia umas e mantém outras sob tutela”, estrangulando assim a autonomia de faculdades, escolas, institutos e museus. A autonomia é reduzida à condição de prêmio, pois para alcançá-la a unidade terá de “comportar-se”. A diversidade sucumbe à uniformização.

Evoluir ou involuir?

“É inacreditável que esse aparato avaliativo tenha sido criado para fazer a USP ‘evoluir’. Afinal, todo o processo que culminou com a aprovação do Regimento da ‘nova’ CPA e do Estatuto do Docente parece ter partido do princípio de que nada existia antes dele: uma universidade de referência, unidades com autonomia didático-científica, docentes avaliados das mais variadas formas e regime preferencial de dedicação exclusiva ao tripé ensino, pesquisa e extensão”, registra o caderno da Adusp.

De acordo com a publicação, pensar em evolução será uma tarefa árdua, na medida em que “unidades, departamentos ou equivalentes e docentes estarão assaz ocupados, atendendo a demandas externas, elaborando planos de metas, projetos, protocolos de compromisso, fazendo relatórios, cumprindo ações para que somem os ‘pontos’ necessários, preenchendo formulários e muito mais”.

Tais tarefas burocráticas afastarão os docentes daquilo que os trouxe à universidade: “o exercício de atividades acadêmicas e científicas com autonomia, liberdade, de modo crítico e reflexivo; a busca pelo conhecimento, partilhando-o com estudantes e aprendendo juntos, repartindo-o com a sociedade e evoluindo com a experiência; a vivência cotidiana da indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão”. Desse modo, colocarão em risco a própria USP, cuja grandeza se deve a essa *praxis* que é diretamente ame-

açada e confrontada pelo sistema centralizado criado pela Reitoria e Co na gestão de M.A. Zago — e que, agora, a gestão do reitor Vahan Agopyan toca com celeridade.

Grande poder. Nunca é demais lembrar que as duas câmaras dotadas de grande poder, CAI e CAD, contam, para dar conta de numerosas atribuições de enorme responsabilidade que envolvem elaboração e crítica de “projetos acadêmicos”, fixação de diretrizes e “avaliações” de 52 unidades e cerca de 6 mil docentes, com apenas nove mem-

bros cada uma!

Em vista da experiência do corpo docente com o produtivismo persecutório à la CERT, não é difícil de se imaginar que tendem a prevalecer as avaliações sumárias e rasas; o parecer dos relatores, contra vento e maré; a intransigência dos colegiados avaliadores mesmo quando as unidades dão apoio total e fundamentado a docentes enredados em risíveis vereditos do tipo “não é citado no Google Scholar, logo...”.

A edição impressa do caderno será distribuída nas unidades nas próximas semanas.



Apartamentos do Crusp são pichados com suástica e inscrições ofensivas

Em resposta, Amorcrusp convoca criação de comitê antifascista e pede à Superintendência de Assistência Social da USP que investigue as pichações

Na madrugada de terça (16) para quarta, os apartamentos de final 1 do bloco A do Conjunto Residencial da USP (Crusp), na Cidade Universitária do Butantã, amanheceram com pichações de cunho xenofóbico, misógino e homofóbico dirigidos diretamente aos seus moradores.

Os moradores fotografaram as pichações e as apagaram, reportando o caso à Associação de Moradores (Amorcrusp). Na manhã seguinte (quarta 17), novamente cinco apartamentos de final 1 do bloco A estavam com pichações com a cruz suástica, símbolo do nazismo, na porta, e um deles com a inscrição “Volta p/ Bolívia”.

A Amorcrusp suspeita que o autor, autora ou autores seja(m) também morador(es), por conta das referências diretas aos moradores dos apartamentos que fo-

ram alvo das pichações, mas ainda não há nenhum dado concreto a respeito. A associação solicitou providências à Superintendência de Assistência Social (SAS, ex-Coseas), responsável pelas moradias, e agendou para 24/10 uma reunião para a constituição de um Comitê Antifascista no Crusp. Moradores reclamam de estar completamente vulneráveis e de que há blocos sem porteiro à noite.

“Acordar com uma suástica — pintada na surdina e na calada da noite — na porta do teu vizinho certamente tem a ver com o momento em que o Brasil está passando e isso não é normal”, diz a Amorcrusp em nota oficial sobre o episódio, que reflete, no entendimento da associação, “uma onda apolítica, vazia, sem conversa ou debate, algo que paira no ar peri-

gosamente, pois beira o nazifascismo e sua consequência é, como em qualquer reinvidicação de símbolos totalitários, a violência”. Ainda segundo a nota, “Goebbels, ministro e um dos estrategistas de Adolf Hitler, dizia que ‘uma mentira contada cem vezes passa a ser uma verdade’. Modernamente, é o que vemos com as *fake news* espalhadas por WhatsApp e robôs seguidores, reencaminhando e dando audiência em grande escala às notícias falsas. Portanto, há uma ideia por trás do símbolo e um momento onde essa ideia se realiza”.

Prosseguindo, a Amorcrusp lembra que “distribuir ou veicular símbolos para fins de divulgação do nazismo é crime (Lei 7.716/89) que pode levar até cinco anos de reclusão e multa”. Assim, conclui, “é fundamental nos organizarmos para que esse tipo de retrocesso civilizacional — mediado por símbolos que enaltecem a discriminação e a violência — não torne a acontecer” (<https://bit.ly/2AphbEz>).

“Medidas cabíveis”. A Assessoria de Imprensa da Reitoria

informou que “o caso está sendo apurado para a identificação dos autores e serão adotadas as medidas cabíveis”. Informou também que no dia 15/10 (antes, portanto, do caso das pichações), o reitor Vahan Agopyan divulgou “mensagem à comunidade da USP” referindo-se a acontecimentos da semana anterior e defendendo que “a Universidade se consolidou como local privilegiado para o debate de ideias”:

“Os acontecimentos da semana passada, quando mensagens raiosas, preconceituosas, ofensivas e até com ameaças aos docentes, funcionários e alunos desta Instituição foram postadas em redes sociais, contrariam a natureza da Universidade e maculam o momento de eleições do qual a sociedade está participando”, diz a mensagem do reitor. “Esse tipo de comportamento não pode ser tolerado, muito menos admitido em um ambiente universitário. A Reitoria da USP tomará todas as medidas cabíveis para que essas atitudes não se repitam” (vide <https://bit.ly/203v0kq>).

1ª Turma do STJ rejeita recursos da Adusp na ação do Gatilho

No dia 21/8/2018, a 1ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno (<https://bit.ly/2q9Z3Zo>), confirmando decisão monocrática anterior do relator ministro Sérgio Kukina, conforme noticiado pela Adusp em 16/5/2018 (<https://bit.ly/2JdELqj>).

Novamente, em flagrante oposição ao que efetivamente se encontra registrado nos autos, prevaleceu o entendimento de que não houve irregularidade no acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), objeto do recurso especial ao STJ rejeitado pelo ministro Kukina. Isso embora mais uma vez demonstrado, pelos advogados da Adusp nessa causa, que a incorporação aos vencimentos, daqueles que o poder judiciário definiu com fazendo parte do rol de beneficiários, de um reajuste de 32,96%, fez parte do pedido inicial e foi contemplada na decisão transitada em julgado em 2005.

Diante de mais essa afronta à coisa julgada, posto que inexistente

fundamentação plausível para a rejeição, os patronos da Adusp ingressaram em 5/9/2018 com embargos de declaração, com objetivo de apontar as inconsistências e eventuais inconstitucionalidades da decisão da 1ª Turma do STJ.

Em 9/10/2018, porém, a 1ª Turma do STJ rejeitou igualmente os embargos de declaração, sob o argumento de que, de acordo com o Código de Processo Civil, são cabíveis embargos de declaração apenas nas hipóteses de “obscuridade, contradição, omissão ou erro material na decisão embargada”, sendo que, no entender da turma, tais vícios são “inexistentes” na decisão embargada (<https://bit.ly/2CF1Rp9>).

Sentença “atropelada”.

A sentença judicial proferida em 2001 determina que a USP: (a) incorpore aos vencimentos daqueles que o poder judiciário definiu como fazendo parte do rol de beneficiários um reajuste de 32,96%; (b) pague aos mesmos beneficiários as diferenças de

vencimentos decorrentes do item anterior desde 1988; (c) pague aos mesmos beneficiários, com as devidas atualizações, os montantes correspondentes aos gatilhos não pagos no segundo semestre de 1987 e aos pagos com atraso no primeiro semestre de 1987.

Essa decisão judicial de 2001 foi objeto de recursos interpostos pela USP. Em 2005, com o trânsito em julgado de todos estes recursos, deu-se início à tentativa de execução da sentença. Ela é definitiva, não cabendo mais nenhum recurso por parte da USP. No entanto, em 6/10/2010, o juiz então responsável pela ação do gatilho (que já não era o autor da sentença), em despacho surpreendente, alterou o teor da sentença transitada em julgado: “O objeto da presente ação, que foi acolhido, resume-se ao pagamento de valores em atraso decorrentes da não concessão de reajustes na época própria, disciplinada pela lei do gatilho salarial. Assim, torna-se evidente que os reajustes foram dados posteriormente, mas não à época em que deveria o gatilho ter sido

disparado. Assim sendo, o apostilamento diz respeito apenas ao direito ao gatilho na época apropriada, pelo percentual apontado na inicial, a título de antecipação salarial. A verdadeira eficácia corresponderá ao pagamento das diferenças, observando-se a compensação dos reajustes efetivamente concedidos”.

Por não aceitar essa drástica modificação da sentença original, a Adusp interpôs recurso de agravo de instrumento ao TJ-SP, que o denegou, e posteriormente embargos de declaração para esclarecimento do acórdão proferido pelo tribunal, os quais também foram rejeitados. A associação decidiu, então, recorrer ao STJ.

“Já esperávamos isso [do STJ], pois se negam a reconhecer que a decisão de São Paulo [do TJ] atropelou a coisa julgada. Continuam a agir como se nada tivesse acontecido”, lamentou o advogado José Roberto Manesco, que atua no caso. “Vamos estudar que recurso faremos”. Tão logo sejam tomadas novas providências, elas serão noticiadas.

Posse de Zago na Fapesp preocupa

O legado de Marco Antonio Zago ao deixar a Reitoria da USP, em janeiro deste ano, inclui processos de desmonte (Hospital Universitário, Creche Oeste, Programa de Incentivo à Demissão Voluntária), de desvinculação (HRAC de Bauru) e de imposição de muitas medidas sem o necessário diálogo que deveria pautar a vida na universidade. Isso não impediu, no entanto, que em abril, apenas três meses depois do término de sua gestão, Zago fosse convidado pelo governador Márcio França (PSB) — então recém-chegado ao posto, em substituição a Geraldo Alckmin, candidato tucano à Presidência da República — para assumir o cargo de secretário estadual da Saúde de São Paulo. Em setembro, França escolheu Zago para uma nova função: a de presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

O ex-reitor compunha a lista tríplice entregue ao governador pelo Conselho Superior da Fapesp, ao lado do também ex-reitor da USP José Goldemberg (indicado para recondução ao cargo) e de José de Souza Martins, Professor Emérito da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). Uma vez nomeado pelo governador, Zago tomou posse no dia 5/10 e, pelo menos até a posse do novo governador, a ser escolhido no segundo turno da eleição, deverá acumular os dois cargos.

No discurso do novo presidente da Fapesp ficou claro o reforço no foco das “parcerias” da agência com empresas, ao dizer que vêm se fortalecendo nos últimos anos “programas de perfil mais fortemente tecnológico e de inovação, correspondendo a uma aspiração de diferentes parceiros do sistema de ciência e tecnologia de São Paulo, sem que o apoio à pesquisa mais tradicional sofra qualquer efeito negativo”. Para Zago, “não pode, aqui, haver complementariedade”.

O novo presidente ressaltou também que “o plano de metas orçamentárias aprovado no Conselho Superior aponta para mudanças graduais, a serem implantadas nos próximos anos”. Nas metas até 2023 há previsão de “aumento dos dispêndios de pesquisa em colaboração com empresas de 10% para 13% do total”, além de “um aumento de 5% para 10% da pesquisa em áreas estratégicas, ou seja, em áreas ou com



Gestão de Zago na USP foi marcada por conduta autoritária do reitor e falta de diálogo. A imagem é de audiência pública na Alesp em 17/9/2014

objetivos definidos em virtude de seu interesse para o estado”.

“Fechou o diálogo”.

Docentes da USP expressaram ao *Informativo Adusp* posição contrária à nomeação do ex-reitor. O professor titular Daciberg Lima Gonçalves, do Instituto de Matemática e Estatística (IME), lista várias preocupações: “A gestão Zago na Reitoria da USP foi pautada pela implementação de propostas sem uma ampla aceitação da comunidade USP; várias dessas propostas refletem sugestões de consultoria privada (McKinsey&Company), contratada em situação nebulosa; o desastre do Programa de Incentivo à Demissão Voluntária (PIDV), provocando perda indiscriminada de funcionários qualificados, com reflexos negativos em várias áreas da universidade, em particular, afetou o Hospital Universitário (HU) de modo significativo; as reiteradas tentativas de desvincular o HU da USP contribuíram, além do PIDV, para a deterioração do serviço de atendimento, com consequências importantes na formação dos estudantes de áreas tais como Medicina, Farmácia, Fisioterapia etc”.

Gonçalves continua: “Zago manifestou insensibilidade com a falta de professores em várias unidades da USP; em várias situações omitiu informações da comunidade USP, mesmo quando solicitadas formalmente, e tinha muita dificuldade de tratar com divergências. Não raras vezes se tornou agressivo e fechou o diálogo. Vídeos de reuniões do Conselho Universitário podem ilustrar bem esse ponto”.

Outra preocupação levantada pelo professor do IME é em relação à atividade docente: a pretexto de “modernizá-la”, o ex-reitor “conseguiu aprovar no Conselho Universitário, com apoio de diretores de unidades, uma proposta de avaliação docente centralizada e produtivista, que poderá comprometer o trabalho docente a longo prazo”. Na época, continua Gonçalves, “essa proposta estava sendo rejeitada pela maioria das congregações, que reivindicavam mais tempo para a discussão de alterações, sendo todas elas ‘atropeladas’ pelo furor reitoral, conforme amplamente divulgado nas publicações da Adusp”.

“Quantitativismo”. No entender do professor associado Adrián Pablo Fanjul, da FFLCH, a nomeação de Zago é “preocupante em dois aspectos”, a saber, “em relação à defesa de verbas para a Fapesp” e quanto aos “critérios de avaliação de mérito que ele pode promover”.

Durante sua gestão como reitor, lembra Fanjul, “Zago negou reiteradamente, em público, o desfinanciamento que o governo do Estado praticou e pratica em relação à USP”. “Foi o único reitor das três universidades estaduais que chegou a afirmar em público que os recursos eram suficientes. Considerando esse antecedente, posso avaliar que a nomeação de Zago aponta para ter na Fapesp alguém que nunca exponha para a sociedade eventuais cortes de verbas para a fundação”, diz.

No tocante aos critérios de avaliação, o docente resalta que a Fapesp “é a agência de fomento em que mais subsistem critérios qualitativos de avaliação”. Tanto é

que a “súmula curricular” que o pesquisador deve preencher para solicitar apoios ou para postular projetos “está menos centrada no quantitativo, uma vez que é o próprio proponente que deve indicar o que considera suas produções mais relevantes”. Para Fanjul, portanto, “considerando o tipo de avaliação docente que Zago promoveu na USP e as diretrizes com que a CERT atuou durante sua gestão, não estranharia que o quantitativismo esvaziado e redutor avance, inclusive limitado à observação de indicadores externos e destinados a outro tipo de avaliação, como o Qualis da Capes”.

Gerson Salvador, médico da Divisão de Clínica Médica do HU e diretor do Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp), afirma que Zago “teve uma gestão muito ruim, levando à Reitoria da USP uma visão de universidade dentro de uma concepção de Estado mínimo”. Salvador é uma das lideranças na luta contra o sucateamento do HU. “É lamentável que uma pessoa com esse histórico seja neste momento o responsável tanto pela saúde do Estado de São Paulo quanto pela principal agência de fomento do país”.

No dia 18/10, a Diretoria da Adusp divulgou nota na qual afirma que “merece repúdio a nomeação do ex-reitor Marco Antonio Zago como presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp)”. A nota cita diversas medidas da gestão que contribuíram para colocar “em risco as bases que tornaram as universidades públicas estaduais uma referência para as universidades públicas brasileiras” (leia a íntegra em: <https://bit.ly/2ReqUTZ>).

Tribunal de Justiça acata recurso da USP e mantém Creche Oeste fechada

Para movimento que defende reabertura, decisão dos desembargadores foi baseada em manobra da Reitoria para manipular decisão do Co

O movimento pela reabertura da Creche Oeste — fechada desde janeiro de 2017 por decisão do então reitor Marco Antonio Zago — sofreu um revés na Justiça paulista no dia 21/9. Acórdão da 9ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça (TJ-SP), relatado pelo desembargador Jeferson Moreira de Carvalho, atendeu a apelação da Reitoria da USP e reformou decisão anterior em relação ao mandado de segurança impetrado pela Associação de Pais e Funcionários (Apef) da Creche Oeste, que garantia a reabertura do espaço (vide <https://bit.ly/2EIwahd>).

Na prática, a decisão do colegiado de quatro desembargadores da 9ª Câmara mantém a creche fechada ao legitimar o argumento da USP de que a unificação das atividades das duas unidades do *campus* do Butantã — concentradas na Creche Central — é necessária por conta da situação de crise financeira da universidade e foi feita sem prejuízo do atendimento às crianças.

O acórdão diz que a unificação é “pertinente (...) a fim de compatibilizar recursos e a necessidade de se manter a creche, pois em um só edifício se manterá as duas creches com potencialização de recursos e de pessoal”. A decisão de segundo grau também já permitiu que a USP solicitasse manifestação do tribunal em relação a outro processo, no qual pede a reintegração de posse do espaço.

Os advogados da Apef protocolaram no dia 18/10 um recurso (embargos de declaração) solicitando que o próprio TJ-SP se manifeste sobre questões não tratadas no acórdão. Se o recurso não for admitido, a entidade vai apelar aos tribunais superiores (STJ e STF). Não há prazo para o julgamento dos embargos.

Manipulação. Para os integrantes do movimento que defende a reabertura da Creche Oeste, a decisão dos desembargadores tem um vício de origem: a manipulação de uma decisão tomada pelo Conselho Universitário (Co) no final de 2017. No documento em

que apresentam as contrarrazões ao recurso de apelação da USP, os advogados da Apef demonstram que o Co aprovou em 21/11/2017 uma diretriz para o preenchimento de todas as vagas ociosas nas creches da USP, mesma proposta aprovada no ano anterior.

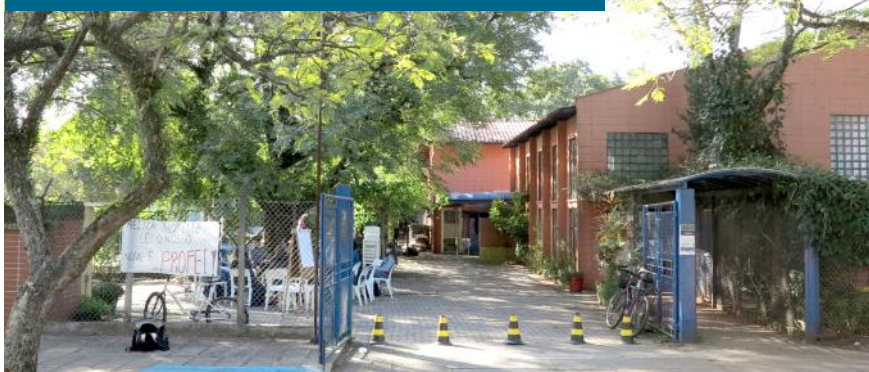
Na reunião seguinte (28/11), no entanto, não houve espaço para discussão das diretrizes, mas apenas para a sua aprovação. E aí reside a manobra: a redação incluída no texto trazia uma alteração fundamental, dispondo que o ingresso de alunos nas creches se daria “de acordo com a disponibilidade de servidores”. Como o quadro de trabalhadores das creches sofreu redução nos últimos anos, por fatores como adesão ao Programa de Incentivo à Demissão Voluntária (PIDV) criado pela própria Reitoria, conseqüentemente o número de crianças atendidas deveria também ser reduzido. Para a USP, portanto, essa redação embasa a fusão das creches e a política de “potencialização de recursos e de pessoal”.

“O que a USP fez nesse recurso foi introduzir esse elemento da votação manipulada no Co, que foi considerado uma novidade pelo tribunal e deu base para a reforma da sentença em prol do fechamento definitivo da Creche Oeste. A pergunta é: será que é isso que os conselheiros queriam mesmo?”, diz Marie Claire Sekkel, professora do Instituto de Psicologia da USP e diretora da Creche Oeste por 14 anos.

Para a docente, a decisão de fechar abruptamente a creche — o que a gestão Zago fez de um dia para o outro, em período de férias das crianças e das educadoras, sem nenhum diálogo com a comunidade e sem o respaldo do Co — representa muito mais do que uma medida que responde meramente a dificuldades econômico-financeiras: “trata-se de desrespeito enorme que passa por cima das pessoas e dos saberes envolvidos”, define. “Na Creche Oeste o trabalho era construído exatamente sobre as bases de uma educação democrática, com muita fundamentação e muita reflexão.

Creche Oeste ainda em atividade, em junho de 2016. Em janeiro de 2017 ela seria desativada por M.A. Zago

Daniel Garcia



A Reitoria desconhece tudo isso”, aponta Marie Claire.

A Creche Central atende hoje 170 crianças. Em 2011, o espaço recebia 200 crianças, de acordo com o *Anuário Estatístico da USP* de 2012. Essa edição, por sinal, é a última em que os dados referentes às creches são apresentados separadamente. Dali em diante, o item simplesmente some dos relatórios anuais. Naquele ano, a Creche Oeste atendeu 110 crianças. Somadas, as duas unidades recebiam 310 crianças, o que representa 82,3% a mais do que as 170 vagas que a USP considera a capacidade máxima atual “de acordo com a disponibilidade de servidores”.

A Creche Oeste continua ocupada pelo movimento Ocupação Creche Aberta, que promove atividades com as crianças e tem participado de mobilizações como o combate ao sucateamento do Hospital Universitário (HU).

Perda de educadoras.

Enquanto isso, a unidade em funcionamento também enfrenta problemas. No dia 2/10, integrantes da diretoria da Apef da Creche Central reuniram-se com o superintendente da Superintendência de Assistência Social (SAS) da USP, Fábio Müller Guerrini. O grupo entregou uma carta na qual faz uma série de questionamentos à SAS e cobra posicionamento de seu titular a respeito do trabalho com as crianças.

De acordo com levantamento da entidade, a creche conta atualmente com 60 servidores, sendo 37 educadoras. Do quadro total, 15 servidores já solicitaram transferência (sendo 12 educadoras), e nove servidores se inscreveram no *Renova*, programa criado pela Coordenadoria de Administração Geral (Codage) para que funcionários com restrições médicas sejam realocados para “desempe-

nar atividades mais adequadas”. Além disso, três educadoras também pediram demissão.

“A conta que fazemos na Apef é de que precisaríamos da contratação de 17 educadoras para o ano que vem, considerando que as transferências e demissões sejam aceitas, porque o quadro de educadoras já está defasado para atendimento das crianças em período integral”, diz Isadora de Andrade Guerreiro, aluna de pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) e presidente da Apef da Creche Central.

“Desde a mudança de gestão da Reitoria, no início do ano corrente, não tivemos a oportunidade de dialogar com a SAS sobre a situação atual da Creche Pré-Escola Central da USP, nem os planos desta gestão para a continuidade deste equipamento de grande importância para a Universidade de São Paulo — no ensino, na pesquisa, na política de permanência estudantil e na assistência aos funcionários e docentes”, diz o documento entregue à SAS. A Apef da Central defende também que “a nova Reitoria se posicione publicamente junto ao Co sobre a reabertura da Creche Oeste”.

Passados mais de vinte dias da reunião, a Apef não havia recebido nenhuma resposta da SAS. A reportagem do *Informativo Adusp* enviou perguntas ao superintendente Fábio Müller Guerrini para saber se as demandas da Apef seriam respondidas. Também foram enviados questionamentos sobre a possibilidade de que a alimentação da creche passe a ser produzida pelo Restaurante Universitário, descaracterizando o projeto político-pedagógico da creche, no qual as crianças participam do cultivo de alimentos na horta e do seu preparo na cozinha. Até o fechamento desta edição, a SAS não havia se manifestado.